



Avisos	. 3
Despachos	. 5
Editais	. 9

# MUNICÍPIO DA BATALHA Aviso

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DA COMUNIDADE CONCELHIA DA BATALHA

Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, torna público que, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, as alterações introduzidas no Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha foram sujeitas a consulta pública, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do citado artigo, tendo sido dada a possibilidade dos interessados poderem dirigir, por escrito, as suas sugestões relativamente ao citado documento, devidamente publicitado no site oficial do Município da Batalha, em http://www.cm-batalha.pt/regulamentos e em https://www.cm-batalha.pt/avisos-editais-municipais.

Decorrido o prazo de consulta pública concedido para o efeito, não foram rececionadas quaisquer sugestões à proposta de alteração introduzida no documento em apreço.

Por deliberação tomada pela Assembleia Municipal em reunião realizada a 27 de abril de 2023, sob proposta da Câmara Municipal vertida na deliberação n.º 2023/0175/GAV, tomada na reunião realizada em 17 de abril de 2023, foi aprovada a alteração efetuada ao Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, publicado na 2ª Série, do D.R. nº 81, de 24 de abril de 2012, na redação dada pelo aviso n.º 11266/2012, publicado na 2ª Série, do D.R. nº 163, de 23 de agosto de 2012 (que recaiu sobre os seguintes artigos: 1.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 23.º, 25.º, 28.º, 32.º, 34.º, 35.º, 37.º e 38.º), e que a seguir se republica.

Paços do Município da Batalha, 09 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal, a) Raul Miguel de Castro.

# REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DA COMUNIDADE CONCELHIA DA BATALHA

#### <u>PREÂMBULO</u>

O Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (MCCB), tutelado pela Câmara Municipal da Batalha, é um espaço cultural vivo, nascido da vontade de afirmação da comunidade que representa.

Localizado junto ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, monumento inscrito na lista de Património da Humanidade da UNESCO, o MCCB, inaugurado em 2011, potencia a oferta cultural da região, disponibilizando uma exposição diversificada, interativa e dinâmica e que permite interpretar de forma rigorosa e acessível a vasta História do território e das suas gentes.

O MCCB assume-se como um museu inclusivo, oferecendo de um programa museológico potenciador de experiências únicas e personalizadas. É filosofia deste Museu integrar de forma discreta e efetiva, permitindo que os mesmos recursos e serviços possam ser fruídos por pessoas com ou sem deficiência. Informação em braille e Língua Gestual Portuguesa, trilho tátil, objetos para tocar, mobiliário ergonómico, audioguias, entre outros recursos estão disponíveis a todos os visitantes.

Dar a conhecer a Batalha para além do seu Mosteiro faz parte da missão deste espaço reconhecido a nível nacional e internacional. Ao longo de mais de uma década de atividade, o MCCB recebeu 15 distinções, destacando-se o prémio "Melhor Museu Português", atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), em 2012 e, no ano seguinte, no Fórum Europeu dos Museus, o conceituado galardão "Kenneth Hudson. Mais recentemente, o museu arrecadou o prémio internacional Ibermuseus, na área da Educação.

O MCCB pretende ser um museu vivo, onde a cultura e a cidadania se construam todos os dias. Por isso, os programas com as escolas, as atividades com a comunidade e a investigação permanente fazem parte das suas funções, sempre com o intuito de prestar um serviço público.

Com base neste princípio e atento às mudanças sociais e aos anseios da comunidade e dos visitantes, é revisto o Regulamento do museu, na ótica de poder melhorar os seus serviços.

Atendendo às atribuições do Município, consignadas no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no domínio do património, cultura e ciência, previstas na alínea e), n.º 2 do artigo 23.º, em articulação com o disposto no artigo 53.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses (LQMP), aprovada pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (na sua redação atual), entendeu-se por adequado, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 112.º, n.º 7 e artigo 241.°, ambos da Constituição da República Portuguesa (Poder Regulamentar) e nos termos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 25.º e alínea k), n.º 1 do artigo 33.°, ambos do Anexo I à Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, proceder reformulação do Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, o qual se republica para os devidos efeitos.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO 1°

#### Lei habilitante

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do poder conferido às autarquias locais, no âmbito do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 98.º a 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, em articulação com o estatuído na Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (Lei-Quadro dos Museus Portugueses), nomeadamente no artigo 53.°, e Lei n.° 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e no uso das atribuições e competências conferidas pela alínea e) do n.º 2, do artigo 23.º, alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, e artigo 45.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (todos os diplomas legais na sua redação vigente).

### ARTIGO 2°

### Localização e contactos

- 1. O MCCB situa-se no Largo Goa, Damão e Diu, n.º 4, 2440-101 Batalha.
- 2. Dispõe dos seguintes contactos:

Telefone: 244769878 Fax: 244769111

Email: geral@museubatalha.com

#### ARTIGO 3°

#### Missão

É Missão fundamental do MCCB ser um mediador entre a Cultura e a Comunidade através do Património.

# ARTIGO 4°

### <u>Vocação</u>

É vocação do MCCB desenvolver a cultura e a identidade da Comunidade da Batalha através da manutenção de um contínuo programa de investigação, preservação, comunicação e educação. Utilizando o Património e com recurso aos mais variados meios, suportes multimédia, painéis explicativos e textos complementares, procura ainda expressar as diversas manifestações de criatividade das gentes do Concelho de modo a promover, compreender e respeitar a sua herança cultural.

Pretende ainda ser uma instituição museológica viva, acessível e inclusiva que permita a todos os ci-

dadãos a plena fruição do património cultural e das experiências que este espaço cultural proporciona.

### ARTIGO 5°

### <u>Objetivos</u>

Constituem objetivos fundamentais do MCCB:

- a) Interagir com a comunidade concelhia com vista à troca de conhecimentos.
- b) Ter em conta o Presente da comunidade e tentar projetar o seu Futuro, apoiando a promoção e o seu enriquecimento cultural, social e económico. c) Contribuir para a formação e a fruição da população local e dos visitantes.
- d) Criar um centro vivo de referência cultural, dentro e fora deste concelho.
- e) Responder aos desafios das novas tendências da Museologia, da Antropologia, da Etnografia, da Estética, da Educação e das transformações políticas, sociais e culturais.
- f) Garantir uma constante formação aos profissionais do Museu sobre as tendências museológicas atuais. g) Completar e enriquecer conhecimentos, procedendo ao inventário do património disponível e ao levantamento de todos os dados históricos, geográficos e de conhecimento geral sobre o concelho, mantendo uma política contínua de inventariação, classificação, interpretação, conservação, restauro, exibição e aquisição de novo acervo.
- h) Proporcionar aos visitantes o fácil acesso ao Museu e às suas coleções, tornando-o numa referência nacional ao nível da sua política de acessibilidade.

#### ARTIGO 6°

### Acervo Museológico

- 1. O acervo patrimonial do MCCB é constituído pelas coleções representativas da história e património cultural da região.
- 2. As coleções distribuem-se pelas seguintes temáticas: Geologia, Paleontologia, Arqueologia; Arte e História e Etnologia
- 3. O acervo que constitui a base da exposição permanente encontra-se dividido em seis áreas temáticas de trabalho:
- a) <u>As áreas do Passado</u> Estas áreas procuram conhecer e relembrar a história do território e da população, investigando e divulgando os principais acontecimentos e transformações ao longo dos tempos
- b) <u>As áreas dedicadas do Presente</u> Estas áreas procuram desenvolver e promover as distintas facetas sociais, culturais, naturais e económicas de vida atual do concelho e tentam, ao mesmo tempo, contribuir para a auto-sensibilização da comunidade e dos visitantes para a defesa de valores ambientais culturais e de cidadania.
- c) <u>As áreas do Futuro</u> Estas áreas são dedicadas a preparar os tempos que se seguirão e querem ser facilitadoras do trabalho na melhoria da investigação, na sensibilização para a pesquisa participativa, na disseminação do conhecimento e na descoberta e promoção de novos valores culturais e sociais da comunidade.

# CAPÍTULO II GESTÃO DO ACERVO

#### ARTIGO 7°

# Política de incorporações

- 1. A política de incorporações do MCCB é definida de acordo com a sua vocação e missão e norteia-se pela Lei-quadro dos Museus Portugueses (LQMP), aprovada pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto.
- 2. O acervo museológico é objeto de atualização permanente.
- 3. Critérios de Incorporação:
- a) A incorporação de novos exemplares obedece aos seguintes critérios:
  - i. importância científica;
  - ii. preenchimento de lacunas;
  - iii. relevância para a compreensão, ensino e di-

vulgação da história, usos, costumes, memórias, valores culturais, sociais e económicos do Concelho da Batalha;

iv. contributo estudo e investigação de bens relacionados com as temáticas do Museu.

#### 4. Modos de Incorporação:

- a) As coleções do Museu têm origem através de: compra; doação; legado; herança; recolha; achado; transferência; permuta; afetação permanente; preferência; dação em pagamento.
- b) O Museu aceita depósitos de peças e coleções de particulares com prazos de duração acordados entre as partes.

### 5. Requisitos de Incorporação

- a) A incorporação de novas peças depende da capacidade do Museu para assegurar a sua conservação, documentação e uso apropriado.
- b) O programa anual de incorporações deverá ter em linha de conta as disponibilidades orçamentais do Município da Batalha, tanto no que respeita à aquisição, à conservação e à existência de condições de armazenamento adequadas.
- c) MCCB não adquire objetos:
- i. que não consiga adquirir, conservar, documentar, armazenar e usar apropriadamente, tendo em conta as limitações orçamentais;
- ii. se não houver prova da sua existência legal;iii. se as peças estiverem em irreversível estado de conservação;
- iv. que possuam condicionantes de depósito, contrárias ao interesse do museu e do seu público.

### 6. Fases prévias do processo de incorporação:

- a) As negociações relativas à política de incorporação devem ser assumidas com honestidade escrupulosa face ao vendedor ou doador.
- b) Nenhum objeto deve ser identificado com a intenção de enganar, em benefício do Museu e em detrimento do doador ou vendedor.
- c) Os profissionais do Museu devem respeitar o princípio de que o MCCB representa uma responsabilidade pública em que o valor para a comunidade está em proporção direta com a qualidade dos serviços prestados.
- d) A incorporação faz-se mediante uma das modalidades referenciadas no ponto 4, devendo sempre verificarem-se os seguintes procedimentos prévios:
- i. Compra: apresentação de proposta de venda ao Museu, com o vendedor devidamente identificado e com a descrição dos objetos e seu valor; ii. Doação: apresentação de proposta de legado ou herança de bens ao Museu, com a descrição dos objetos, acompanhadas de testamento ou fazendo prova de herdeiros por direito próprio. No caso de doação, apresentação de proposta da mesma ao Museu com o doador devidamente identificado e com a descrição dos objetos e condicões específicas a cumprir por parte do Museu; iii. Troca: apresentação de proposta de transferência, com a descrição dos objetos e condições específicas a cumprir por parte do Museu, devendo também as instituições estarem devidamente identificadas.
- iv. Permuta: apresentação de proposta de permuta ou dação em pagamento, com a descrição dos bens e seu valor, uma vez que estes bens vão ser usados como troca de um bem por outro;
- v. Recolha: apresentação de bens provenientes de recolha ou achados, com a descrição dos bens, referindo sempre a sua proveniência, quanto ao local, à data da recolha ou achado, bem como do seu proprietário.
- e) Verificação de condições espaciais e ambientais adequadas à preservação do bem.
- f) Aprovação da tutela para a incorporação do bem. 7. Procedimentos de incorporação:
- a) A incorporação dos bens deverá efetuar-se da seguinte forma:

- i. elaboração de Auto de Receção e entrega do duplicado às partes envolvidas no processo, conforme os casos:
- ii. constituição de uma relação com fotografias dos bens a incorporar, com atribuição de número de inventário, de forma a identificar na íntegra o bem; iii. constituição de processo completo respeitante aos bens incorporados;
- iv. no caso de compra, o processo é desencadeado de acordo com as normas de aquisição desenvolvidas pelo Município da Batalha;
- v. envio para a Secção do Património de cópias dos documentos necessários para efeitos de procedimentos definidos no âmbito da competência deste Serviço, para este tipo de bens.

#### ARTIGO 8°

### Cedência temporária de peças

- 1. Os objetos do acervo do MCCB podem ser cedidos a título de empréstimo para exposições temporárias organizadas por outras instituições desde que cumpram os requisitos expressos no Auto de Empréstimo.
- 2. Os objetos que integram as coleções poderão ser cedidos para investigação em laboratório, desde que cumpram igualmente os requisitos expressos no Auto de Empréstimo.
- 3. Todas as cedências temporárias serão alvo de apreciação minuciosa, da qual resultará um parecer técnico da instituição para posterior decisão da Câmara Municipal da Batalha.
- 4. O MCCB e o Município poderão deliberar no sentido da não cedência de determinado objeto sempre que se considere não estarem reunidas condições de segurança e de conservação ou em casos em que a peça seja necessária ao contexto expositivo do Museu.
- 5. A entidade responsável pelo(s) objeto(s) terá de garantir a segurança e a integridade desde a sua saída até ao seu regresso, bem como será obrigada à apresentação de documento comprovativo de seguro que cubra todos os riscos. O valor de seguro é determinado pelo MCCB.
- 6. Em face da existência de danos causados durante o processo de cedência (transporte, montagem/desmontagem da exposição), serão imputados os custos de restauro à entidade responsável pelo empréstimo.
- 7. A entidade que solicita o empréstimo poderá executar reproduções fotográficas da(s) peça(s) para efeitos de publicação em catálogo ou material promocional, desde que efetuado o respetivo pedido ao MCCB, sendo é proibida a sua cedência ou utilização para outros fins.
- 8. No caso de se efetuar reprodução fotográfica da(s) peça(s) em catálogo ou noutro material promocional, deverão ser fornecidos a título gratuito três exemplares das publicações efetuadas.

#### ARTIGO 9°

### <u>Inventário e Documentação</u>

- 1. Os bens que integram as suas coleções ou que venham a ser objeto de incorporação são obrigatoriamente objeto de inventário museológico, sendo elaborado de acordo com as normas técnicas adequadas à sua natureza e características.
- 2. O registo correto da documentação apropriada das novas aquisições e das coleções deve incluir todos os detalhes sobre a proveniência de cada peça e sobre as condições da sua incorporação.
- 3. São seguidas as normas de inventário definidas pelo Instituto Português de Museus e constantes nas "Normas de Inventário" publicadas pelo IMC.
- 4. Após o ato formal e documental da incorporação, antes do seu acondicionamento em reserva, todas as peças são numeradas.
- 5. O inventário é registado em suporte informático utilizando-se o programa In Art Plus.
- 6. O inventário museológico informatizado é obrigatoriamente objeto de cópias de segurança regu-

lares, de forma a garantir a integridade e a conservação da informação.

7. Não é disponibilizada ao público informação respeitante à avaliação de peças, contratos de seguros, contratos de depósito e localização dos bens no museu.

### ARTIGO 10°

#### <u>Abatimento</u>

- 1. O abatimento de um bem cultural ou museológico é o processo de retirar definitivamente o objeto do acervo do museu. As situações suscetíveis de originarem abates são:
  - a) Alienação;
  - b) Deterioração natural ou acidental;
  - c) Destruição;
- d) Furto;
- e) Roubo:
- f) Transferência;
- g) Troca/permuta;
- h) Doação.
- 2. Só se pode abater um objeto museológico, mediante um parecer detalhado do técnico responsável pelo Museu (podendo, sempre que necessário, recorrer a especialistas e juristas) informando a dos inconvenientes e vantagens que o mesmo acarreta para o museu.
- 3. O abate exige o acordo de todas as partes que tenham contribuído para a aquisição inicial. Se a aquisição inicial estiver sujeita a restrições obrigatórias, estas devem ser respeitadas.
- 4. O abate é sempre a última medida a tomar. Este procedimento obriga a relatórios detalhados de todas as decisões e devem ser conservados junto da documentação que a ela diz respeito, incluindo dossiers fotográficos sempre que possível.

#### ARTIGO 11°

#### Estudo e investigação das coleções

No âmbito da investigação considera-se dois tipos de investigação: a interna e externa:

a) <u>Investigação Interna</u>: a investigação desenvolvida pelo museu centra-se quer no estudo das suas coleções quer no estudo do património cultural móvel localizado na sua área de influência.

b) Investigação externa: é obrigação do museu, dentro das limitações de pessoal e dos espaços a que está sujeito, colaborar com os investigadores, centros de investigação, escolas e universidades e outras entidades públicas e privadas com atuação sobre o património cultural móvel — procurando sempre que possível o estabelecimento de protocolos, facultando-lhes o acesso às coleções e à documentação inerente a estas.

# ARTIGO 12°

### <u>Conservação e Restauro</u>

- 1. O MCCB conserva todos os bens das suas coleções, garantindo as condições adequadas e promovendo as medidas preventivas necessárias à sua conservação, tendo em conta as normas veiculadas pelas entidades competentes nesta matéria.
- 2. O manuseamento dos objetos só pode ser realizado pelos técnicos do MCCB e/ou pessoas com competências técnicas para o efeito.
- 3. Os técnicos do Museu devem ter conhecimento das normas e procedimentos de conservação preventiva existentes.
- 4. A política de conservação do MCCB consta do Regulamento de Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva.
- 5. A conservação e o restauro de bens culturais incorporados ou depositados no museu só podem ser realizados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, quer integrem o pessoal do MCCB, quer sejam especialmente contratados para o efeito.

#### ARTIGO 13°

#### <u>Segurança</u>

1. Com o fim de garantir a correta preservação dos

bens patrimoniais à sua guarda, a segurança dos seus funcionários, fornecedores e visitantes, o MCCB dispõe de um plano de segurança, periodicamente testado, para que possa cumprir os objetivos mencionados.

2. O MCCB está equipado com as condições de segurança indispensáveis que garantem a proteção e a integridade dos bens museológicos nele integrados, designadamente: equipamentos de deteção de intrusão, de incêndio, sistema de videovigilância. 3. O MCCB dispõe de vigilância humana a cargo dos funcionários do Museu durante o período de atendimento ao público.

4. O Museu é alvo de uma ronda interna e uma ronda externa diariamente, no período entre as 22h e as 6h. 5. Quando necessário e mediante aprovação superior, poderá ser contratada segurança adicional.

6. O perímetro exterior do edifício é vigiado periodicamente pelas forças policiais locais, cujo posto se encontra a 2 minutos do edifício do Museu.

7. As reservas do MCCB possuem equipamentos de deteção de intrusão.

#### CAPÍTULO III

### NORMAS DE ACESSO AOS ESPAÇOS DO MUSEU

#### ARTIGO 14°

#### Horário de atendimento ao público

- 1. O MCCB está aberto de quarta-feira a domingo. Encerra nos feriados de 1 de janeiro, 1 de maio e 25 de dezembro.
- 2. O horário de abertura ao público do MCCB é o seguinte:
- a) Das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00 (horário de verão: 1 de abril a 30 de setembro);
- b) Das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00 (horário de inverno: 1 de outubro a 31 de março).
- 3. Em casos pontuais e devidamente fundamentados poderá a Câmara Municipal aprovar diferentes horários de atendimento e funcionamento do Museu.
- 4. O ato deliberativo referido no número anterior deverá ser devidamente publicitado para conhecimento público, nos termos da lei.

#### ARTIGO 15°

# Condições de acesso

- 1. As entradas no MCCB ficam sujeitas aquisição de bilhetes de ingresso, cujo valor é determinado e deliberado pela Câmara Municipal da Batalha, mediante proposta do Vereador do Pelouro.
- 2. É proibida a entrada e utilização de equipamento vídeo ou fotográfico, sem autorização prévia do Museu.
- 3. É interdita a entrada de pessoas com malas ou outros objetos de grandes dimensões. Estas devem ser deixadas à entrada na receção.
- 4. Caso o visitante pretenda guardar na receção objetos que repute de elevado valor, estes devem ser declarados e identificados expressamente pelo visitante.
- 5. O pessoal da receção pode recusar-se a guardar objetos pessoais do visitante, caso se verifique que estes não podem ser guardados com segurança na área de acolhimento.

#### ARTIGO 16°

#### <u>Bilheteira</u>

- 1. O acesso ao MCCB só é permitido com a posse de um ingresso que inclui a visita ao espaço expositivo do MCCB.
- 2. A fixação do valor do ingresso é da responsabilidade da Câmara da Batalha, podendo ser revisto e atualizado sempre que o Município delibere nesse sentido.
- 3. O valor do ingresso consta do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município da Batalha.
- 4. A tabela com os valores de ingresso no museu e respetivos descontos e isenções é obrigatoriamente afixada na receção do MCCB, em local de visibilidade pública.

- 5. Os preços praticados são fixados em tabela aprovada pelo Município da Batalha, salvo as exceções previstas pela lei.
- 6. A cobrança dos ingressos do Museu será realizada em espaço próprio, devidamente sinalizado e qualificado, pelos funcionários do mesmo.
- 7. O registo dos montantes relativos a receitas e o controlo da bilheteira será assegurado por sistema informático TAX, cabendo a abertura do sistema, o fecho de conta e o manuseamento diário da bilheteira ao técnico responsável pela receção.

#### ARTIGO 17°

#### <u>Isenções</u>

- 1. Será concedida entrada gratuita imediata nas seguintes situações:
- a) Crianças com idade igual ou inferior a 6 anos;
- b) Professores, educadores, animadores e alunos do Agrupamento de Escolas da Batalha e/ou instituições escolares da Batalha;
- c) Sócios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e do Internacional Council of Museums (ICOM);
- d) Técnicos da Direção Geral do Património Cultural em contexto de visita técnica ao Museu e desde que previamente autorizada a isenção do custo de entrada:
- e) Guias Intérpretes Nacionais e Correios de Turismo, desde que devidamente credenciados;
- f) A todos os visitantes aos primeiros domingos do mês:
- g) Pessoas em situação de desemprego (com comprovativo);
- h) Utentes das IPSS's do concelho;
- i) Utentes da ACAPO Leiria;
- j) Alunos, professores e colaboradores do Instituto Politécnico de Leiria em contexto de visita de estudo ou de atividade de parceria;
- k) Alunos, utentes, professores e colaboradores no âmbito de programas como "Heróis do Museu" (de parceria com Agrupamento de Escolas da Batalha); de "Visitas Encenadas" (de parceria com o Mosteiro da Batalha e Grupo de Teatro "O Nariz"); "Era uma Vez... Monges, Cavaleiros e Reis... à descoberta do Património da Humanidade do Centro" (de parceria com municípios e Monumentos da DGPC de Batalha, Alcobaça e Tomar e respetivos agrupamentos escolares); "Sentir o Museu" (de parceria com as CERCI regionais);
- I) Colaboradores atuais e aposentados do Município da Batalha;
- m) Colaboradores do Mosteiro da Batalha mediante respetivo comprovativo;
- n) Acompanhantes (1) de pessoas com deficiência; o) Investigadores, conservadores, restauradores, profissionais de museologia e/ou património em exercício de funções;
- p) Jornalistas em exercício de funções, mediante comunicação prévia;
- q) Técnicos de autarquias e da DGPC em contexto de visita técnica e mediante comunicação prévia; r) Antigos combatentes;
- s) Bombeiros voluntários;
- t) Em dias comemorativos, designadamente o dia 2 de abril (aniversário do Museu); o Dia Internacional dos Museus (18 de maio) e 14 de agosto (feriado municipal);
- u) Em situações excecionais, de acordo com deliberação superior.
- 2. Poderão ainda ser solicitadas visitas gratuitas à instituição, devidamente fundamentadas e que serão apreciadas pela Vereação de Cultura da Câmara Municipal da Batalha com vista à decisão final.

#### ARTIGO 18°

#### Registo de visitantes

- 1. O registo de visitantes tem por objetivo o conhecimento dos públicos que visitam o MCCB.
- 2. O registo é feito de forma informatizada na receção.

3. O posterior tratamento informático e estatístico servirá para o registo dos tipos de públicos, análise e avaliação dos mesmos, possibilitando a realização de estudos sobre esta matéria.

#### ARTIGO 19.°

Acolhimento ao público

Na receção estão acessíveis:

- a) o preçário;
- b) o catálogo da exposição;
- c) o livro de honra;
- d) o livro de reclamações;
- e) o livro de elogios;
- f) um questionário de satisfação.

#### ARTIGO 20.°

#### Normas de visita

Durante a visita ao Museu não é permitido:

- a) fumar;
- b) comer ou beber;
- c) correr nos diferentes espaços de exposição;
- d) tocar nos objetos museológicos, excerto naqueles preparados especificamente para esse fim;
- e) usar telemóveis durante as visitas para manter conversação;
- f) a entrada de estranhos a zonas reservadas sem a prévia autorização e acompanhamento devido por pessoal do corpo técnico do Museu;
- g) a entrada de animais dentro dos espaços do museu, exceto no caso de cães-guia que acompanhem pessoas com deficiência visual ou auditiva.

#### ARTIGO 21.º

<u>Utilização de equipamento de filmagem e fotográfico</u>
1. No interior do Museu é possível fotografar com telemóvel ou câmara fotográfica, não sendo permitido o uso de equipamentos como tripés, selfie sticks ou refletores.

- 2. No interior do MCCB não é permitido fotografar ou filmar com fins comerciais, de divulgação ou outros sem autorização expressa e prévia do Município da Batalha/MCCB.
- 3. A autorização para a produção de fotografia ou filme não implicará a remoção dos objetos do local onde se encontram sem a devida autorização, sendo o manuseamento exclusivamente da responsabilidade de pessoal técnico da instituição.
- 4. No caso de coleções, grupos ou objetos individuais cujos direitos de posse ainda não tenham sido transmitidos ao MCCB não poderão ser efetuadas reproduções de imagem, salvo com autorização expressa do seu proprietário, autor ou legítimo representante. 5. As imagens não poderão ser vendidas nem trocadas com outras organizações ou pessoas, salvo se obtida por escrito a devida autorização do MCCB. 6. As imagens são consideradas de valor documental e nunca com valor comercial.
- 7. Deverão ser fornecidos a título gratuito 3 exemplares, do trabalho em que estas forem incluídas e a sua entrega deve ser realizada no prazo máximo de 90 dias após a sua utilização.
- 8. As autorizações são concedidas para uma única utilização.
- 9. Os créditos das imagens deverão ser identificados da seguinte forma: "Imagem cedida pelo Museu da Comunidade Concelhia da Batalha"

#### ARTIGO 22°

Regras para reprodução de objetos museológicos A reprodução de objetos museológicos pertencentes ou em depósito no MCCB, através de imagem fotográfica ou de qualquer outra forma, obedece às seguintes condições concretas:

a) só poderão ser efetuadas reproduções de objetos através de imagem depois de as mesmas terem sido solicitadas por escrito, expressando-se os objetivos a que as mesmas se destinam, bem como todos os outros elementos informativos que se considerem relevantes;

b) a imagem terá obrigatoriamente que ser acom-

panhada de legenda adequada, mencionando a proveniência do(s) objeto(s);

c) deverão ser fornecidos a título gratuito 3 exemplares, do trabalho em que estas forem incluídas e a sua entrega deve ser realizada no prazo máximo de 90 dias após a sua utilização;

#### ARTIGO 23.º

Normas de utilização dos equipamentos Audioguias e Videoguias

#### Audioguia:

- 1. O audioguia é um sistema de informação áudio de utilização gratuita.
- 2. O aparelho é devolvido na receção, no final da visita.
- 3. É expressamente proibida a danificação do audioguia.
- 4. Em caso de danificação do aparelho, o utilizador será responsável pelo pagamento dos custos associados ao seu arranjo.

#### Videoguia:

- 1. O Videoguia é um aparelho adaptado com Língua Gestual Portuguesa, para pessoas com deficiências auditivas.
- 2. A sua utilização é exclusiva a pessoas com deficiência auditiva conhecedoras de Língua Gestual Portuguesa.
- 3. O equipamento poderá ser disponibilizado no âmbito de trabalhos técnicos ou de investigação acerca da área da acessibilidade e inclusão.
- 4. É expressamente proibida a sua danificação.
- 5. Em caso de danificação do aparelho, o utilizador será responsável pelo pagamento dos custos associados ao seu arranjo.

#### ARTIGO 24.º

Apoio a pessoas com necessidades especiais Sendo um "Museu acessível", desenvolve este espaço e os seus recursos todos os esforços com vista a trabalhar com os mais diversos tipos de público, sem prejuízo das necessidades especiais que cada um possa ter.

### ARTIGO 25.°

#### Acesso às reservas

- 1. O MCCB possui reservas de acervos relacionados com a História, Geologia, Paleontologia do Concelho e um Depósito Legal de Arqueologia. As infraestruturas das reservas encontram-se localizadas no Concelho da Batalha.
- 2. As reservas estão instaladas em áreas individualizadas estruturalmente adequadas ao acervo museológico, de modo a garantir a sua conservação e segurança.
- 3. Um museu é um espaço público, pelo que mesmo as peças guardadas em reserva estão acessíveis aos investigadores, mediante os critérios abaixo definidos:
- a) O acesso às reservas é permitido aos técnicos do museu que mais diretamente trabalham na gestão das coleções, sem prejuízo de, em casos esporádicos e autorizados, as mesmas poderem ser acedidas pelos demais técnicos da instituição. b) O acesso dos investigadores às peças em contexto de reserva pode ser autorizado, mediante solicitação fundamentada ao Museu.
- c) Quando concedido aos investigadores o acesso às peças, a sua consulta será efetuada em local do museu.
- 4. Fatores que podem causar a interdição de acesso à consulta de peças:
- a) A indisponibilidade temporária do pessoal técnico do museu para acompanhar os investigadores que solicitem autorização de acesso às peças em reserva.
- b) Causas inerentes à necessidade de cuidados especiais na conservação das peças.
- c) Outros fatores considerados relevantes pela tutela do museu.
- 5. No caso de não ser permitido ao investigador o

acesso às peças deve dar-se a conhecer o motivo ou os motivos que levaram à não autorização de acesso. 6. Os técnicos do museu e os investigadores a quem seja facultado o acesso às peças têm obrigatoriamente de manuseá-las com os devidos cuidados.

#### ARTIGO 26.º

#### Acesso à documentação

- 1. Um museu é um espaço público pelo que a informação inerente aos objetos museológicos deve também ser considerada de uso público.
- 2. A disponibilização de informações será facultada às pessoas e a entidades que o solicitarem mediante a assinatura de protocolos e/ou mediante um pedido escrito, no qual se identificará o investigador ou a instituição que faz o pedido e se explicitará o que se pretende consultar ou obter do museu e com que finalidade.
- 3. O acesso à documentação será condicionado sempre que os dados constantes do processo sejam considerados confidenciais pelo museu, nomeadamente quando a sua divulgação possa pôr em causa a integridade e a segurança das coleções museológicas ou quando os objetos depositados ou doados ao museu tenham acoplados normas restritivas impostas pelos depositantes ou doadores.

### ARTIGO 27.°

Normas para a difusão de conteúdos do acervo

- 1. O MCCB facultará os dados que possui sobre o seu acervo (textos ou imagens), sempre que possível, a quem o solicite por escrito tendo em vista a sua utilização em apresentações públicas ou em publicações.
- 2. Quem solicita e utiliza os dados facultados pelo MCCB deve sempre mencionar os fins aos quais a informação se destina.
- 3. Em caso de uso indevido e não autorizado de dados pertencentes ao museu, serão acionados os direitos legais segundo o estipulado no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro, e 114/91, de 3 de Setembro, e Decretos-Leis n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, e pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto, aprovado pelo Decreto-Lei 63/85, de 14 de Março, na sua atual redação, bem como de acordo com a demais legislação aplicável na matéria.
- 4. Os direitos de autor dos textos produzidos pelos técnicos do MCCB no âmbito das suas funções enquanto técnicos do Museu pertencem à própria Instituição.

#### ARTIGO 28.º

# Livro de Honra e Livro de Reclamações

- 1. O Museu disponibiliza um livro de honra na área de acolhimento dos visitantes.
- 2. Os visitantes podem livremente inscrever sugestões, opiniões ou considerações sobre o funcionamento do Museu no livro de honra.
- 3. O Museu dispõe também de livro de reclamações e sugestões. O modelo do livro de reclamações está de acordo com o definido no art.º 38.º do DL n.º 135/99 de 22 de abril (livro de Reclamações, também conhecido pelo Livro Amarelo), e também no art.º 62º da Lei n.º 47/2004 (Lei Quadro dos Museus). com o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro.

### CAPÍTULO IV ORGÂNICA DO SERVIÇO

#### ARTIGO 29.º

#### <u>Instrumentos de Gestão</u>

Os instrumentos de gestão do Museu são os seguintes: Plano Anual de Atividades, Orçamento e Relatório de Atividades.

#### ARTIGO 30.°

### Gestão dos recursos financeiros

1. A gestão dos recursos financeiros, quer das re-

ceitas, quer das despesas, do Museu é efetuada pelo Município.

- 2. As receitas provenientes dos produtos comerciais expostos e bilheteira, deverão dar entrada nos serviços do Município.
- 3. A loja está aberta ao público dentro do horário de funcionamento do Museu.

#### ARTIGO 31°

#### <u>Angariação de recursos financeiros</u>

O Museu elaborará, de acordo com o respetivo programa de atividades, projetos suscetíveis de serem apoiados através do mecenato cultural e outros financiamentos públicos.

#### ARTIGO 32°

### Estruturação orgânica dos serviços do Museu

- 1. A equipa do MCCB é constituída por duas técnicas superiores e uma assistente operacional. Os recursos humanos são geridos pelo Município da Batalha, sendo adaptados de acordo com as necessidades e decisões do Executivo Municipal.
- 2. O museu reporta diretamente à Vereação da Cultura do Município da Batalha.

#### ARTIGO 33°

#### <u>Formações</u>

O Museu proporcionará, quando necessário e nos termos da legislação aplicável, formação especializada ao respetivo pessoal nas áreas da museologia, turismo, serviço educativo, acessibilidade e áreas afins.

### CAPÍTULO V INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO

### ARTIGO 34.°

# <u>Difusão da informação</u>

A difusão da informação faz-se com recurso aos seguintes meios:

- a) Documentação impressa: Catálogo bilingue, Boletim periódico e Flyer trilingue. Toda a documentação gráfica emanada pelo Museu deve conter o logótipo do MCCB de acordo com o respetivo guia de identidade visual, bem como outros dados relevantes para o conhecimento e identificação do Museu. O mesmo deve suceder com as publicações feitas em coedição. Quando o Museu estiver a tratar de uma nova edição deve solicitar o respetivo ISBN para que seja inserido na ficha técnica da publicação.
- b) Comunicação social: periodicamente são enviados comunicados à imprensa escrita e oral no sentido da promoção do Museu e suas atividades. O MCCB é também objeto de reportagem televisiva sempre que as temáticas e as atividades em curso o justifiquem.
- c) Internet: O Museu divulga na Internet, no site do Museu (www.museubatalha.com), informação acerca da sua exposição e condições de acesso, sendo atualizado com regularidade, sempre que a programação de iniciativas o justifique. O MCCB publica, ainda, as suas notícias/atividades através das redes sociais: Facebook, Instagram, Youtube e Twitter, disponibilizando ainda uma Newsletter dirigida à sua mailing list. d) No espaço reservado ao Laboratório de Memória Futura existe uma ária destinada a folhetos com informação sobre atividades desenvolvidas ou programadas pelo museu, percursos pedestres e espaços culturais da região.
- e) Na Vila, existem 4 mupis que dão a conhecer o Museu e suas atividades.
- f) Nas principais rotundas de acesso à Vila existem três placas de sinalização feitas de acordo com as normas nacionais de sinalética de espaços de interesse cultural, têm a indicação "Museu", com o respetivo ícone.
- g) No lado esquerdo da fachada principal do museu existe uma faixa vertical utilizado para colocar

cartazes divulgativos das exposições temporárias que o Museu vai desenvolvendo.

# CAPÍTULO VI SERVIÇO EDUCATIVO

### ARTIGO 35.°

#### Serviço Educativo

- 1. O MCCB dispõe de um Serviço Educativo tendo como principal objetivo organizar diversos tipos de visitas e atividades pedagógicas, de acordo com os respetivos públicos destinatários, com vista a promover uma articulação estreita deste equipamento cultural com os seus públicos, no âmbito da educação formal e não-formal.
- 2. O Serviço Educativo apresenta em cada ano letivo, para aprovação à tutela do Museu, um programa de atividades lúdico-pedagógicas, sob o lema "Aprender no Museu" que contempla visitas orientadas, programas pedagógicos e atividades temáticas nomeadamente:
- a) Visitas Orientadas
- b) Visitas Orientadas para Professores
- c) Visitas Autónomas
- d) Visitas Orientadas Temáticas
- e) Visitas Orientadas e Oficina Pedagógica
- f) Visitas Orientadas de Exploração
- g) Visitas-jogo
- h) Programas para férias escolares
- i) Programas para seniores
- j) Programas para pessoas com deficiência
- k) Programas para famílias.
- I) Comemoração de Dias Temáticos
- 3. Cada um dos programas define o público a que se destina e as condições de participação.
- 4. Cada programa é orientado por um técnico do Museu sendo obrigatória a presença de um responsável por grupo exceto nos casos de visitas livres.

#### ARTIGO 36.º

# <u>Visitas Guiadas</u>

O Museu assegurará a realização de visitas orientadas internas que visem especificamente o conteúdo das exposições patentes, em horário a combinar previamente.

# ARTIGO 37.º

# Horários e Marcações

- 1. O horário para marcação de visitas pelo Serviço Educativo do Museu é de quarta a sexta-feira, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00 (horário de verão: 1 de abril a 30 de setembro) e das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00 (horário de inverno: 1 de outubro e 31 de março).
- 2. Em situações pontuais também podem ser efetuadas visitas orientadas e restantes atividades durante o fim-de-semana, mediante marcação prévia e autorização superior
- 3. As marcações deverão ser efetuadas através do preenchimento da ficha de inscrição, que deverá ser cedida pelo Serviço Educativo do Museu, e enviada por correio, ou e-mail ao MCCB, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência.

### ARTIGO 38.º

# Condições de Visita

- 1. No caso de grupos organizados aceitam-se inscrições com um número mínimo de 8 participantes e, num total de dois grupos em simultâneo com número aproximado de 20 pessoas cada um.
- 2. As Oficinas Pedagógicas e Visitas-jogo realizam-se de quarta a quinta-feira em horário a definir.
- 3. As visitas orientadas estão sujeitas a pagamento do ingresso de entrada no MCCB, respeitando o preçário fixo no Artigo 15° e respetivas isenções presentes no Artigo 16° do presente regulamento interno.
- 4. Caso o Município da Batalha entenda que se justifica, poderá haver necessidade de proceder à fixação de uma taxa a aplicar à realização de atividades inseridas no âmbito do Serviço Educativo ou

de outras ações/iniciativas.

### CAPÍTULO VI COLABORAÇÕES

### ARTIGO 39.º

#### <u>Voluntariado</u>

1. O MCCB aceita voluntários que aceitem participar, de forma desinteressada e não remunerada, em atividades superiormente definidas pela direção do Museu, em horário a combinar e integradas no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção, sempre desenvolvidas sem fins lucrativos, de acordo com o estipulado nos Decretos-Lei N.º 71/98 de 3 de novembro e o N.º 389/99 de 30 de setembro.

#### ARTIGO 40.°

#### **Estágios**

O MCCB oferece estágios curriculares em áreas como História, História da Arte, Estudos Patrimoniais, Antropologia, Arqueologia, Geologia, Museologia e Informação Turística, entre outras afins, no âmbito de parcerias desenvolvidas com instituições de ensino. A realização de estágios no Museu pressupõe sempre que exista um pedido formal efetuado pela instituição de ensino e identificado o prazo de início e fim do estágio, os objetivos a alcançar e outras informações importante que permitam contextualizar o estágio.

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO 41.º

#### <u>Aprovação</u>

O presente Regulamento Interno será aprovado pela entidade competente para o efeito.

### ARTIGO 42.°

#### Revisão

Este regulamento é revisto e atualizado sempre que exista necessidade, cabendo à Divisão da Educação, Cultura e Desporto do Município da Batalha fazer essa proposta ao Executivo.

#### ARTIGO 43.°

### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor decorridos 15 dias sobre a sua publicação.

# MUNICÍPIO DA BATALHA Aviso

APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO REGUENGO DO FETAL

Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, torna público nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJUR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, que por deliberação da Câmara Municipal nr. 2023/0170/DOT, de 10 de abril de 2023, e deliberação da Assembleia Municipal, de 27 de abril de 2023, foi aprovada, por maioria, a 2.ª alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Reguengo do Fetal, nos termos previstos no ponto 1 do artigo 13.º e ponto 2 do artigo 20.º, ambos da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 25.°, ambos do Anexo I à Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro.

Mais se informa que todos os interessados poderão consultar os elementos que acompanham a 2.ª alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Reguengo do Fetal no edifício sede da Câmara Municipal, sito na Rua Infante D. Fernando, Batalha, nos dias úteis, durante as horas normais de expediente e no portal do Município em www. cm-batalha.pt.

Paços do Município da Batalha, 11 de maio de 2023

- O Presidente da Câmara Municipal,
- a) Raul Miguel de Castro.

# DESPACHO N.º 24/2023/ G.A.V.

#### Considerando que:

- A lista unitária de classificação final dos(as) candidatos(as) do procedimento com vista à mobilidade interna interorganismos para um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico – Serviço de Turismo e Museu, já se encontra concluída;
- Foram notificadas as candidatas, por correio eletrónico da Ata nº 4 de classificação final, conforme proposto pelo Júri do Procedimento;
- Foi publicitada a lista de classificação final por afixação da Ata nº 4 do Júri, em local visível e publico do Edifício dos Paços do Concelho da Batalha e por disponibilização na página eletrónica do Município da Batalha;

Homologo, no exercício dos poderes conferidos pelo despacho n.°s 01/2023/G.A.P. emitido, pelo senhor Presidente da Câmara em 07 de fevereiro de 2023 e em articulação com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta do Júri do referido procedimento, a lista de Ordenação Final, inframencionada, das candidatas aprovadas, bem como as restantes deliberações do Júri.

Lista Definitiva de Ordenação Final – Assistente Técnico – Serviço de Turismo e Museu

Ordena- ção	Candidatos	Classificação Final
1°	Isabel Maria Henriques da Costa	15,93 Valores
2°	Florbela de Jesus Lopes Roque	12,43 Valores

– Dando cumprimento ao estipulado no artigo 92° e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, autorizo a mobilidade interna na categoria, para este Serviço, da candidata Isabel Maria Henriques da Costa, devendo-se para este efeito encetar o pedido de anuência do Serviço de origem da candidata, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 94° da referida Lei.

Paços do Município da Batalha, 05 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# I DESPACHO N.º 25/2023/ G.A.V.

#### Considerando que:

- A lista unitária de classificação final dos(as) candidatos(as) do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, de um posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de Técnico Superior, área de Direito, já se encontra concluída;
- Terminou o prazo para o exercício do direito de participação de interessados, conforme o disposto no artigo 25° da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria nº 12-A/2021, de 11 de janeiro;

Homologo, no exercício dos poderes conferidos pelo despacho n.ºs 01/2023/G.A.P. emitido, pelo senhor Presidente da Câmara em 07 de fevereiro de 2023 e em articulação com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, sob proposta do Júri do referido procedimento, a lista de Ordenação Final, sob proposta do Júri do referido procedimento, a lista de Ordenação Final, infra mencionada, das candidatas aprovadas, bem como as restantes deliberações do Júri, incluindo as relativas à admissão e exclusão dos candidatos, nos termos do nº2 do artigo 28º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação; Lista Definitiva de Ordenação Final – Técnico Superior (Direito)

Ordena- ção	Candidatos	Classificação Final
1°	Stéphanie da Silva	16,20 Valores
2°	Maria João Carreira Bernardo	15,01 Valores
3°	Joana Raquel Casanova Corral	14,27 Valores

Nos termos do nº 4 do artigo 28º da aludida Portaria, na sua atual redação, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do presente despacho de homologação da Lista Unitária de Ordenação Final.

Em cumprimento do nº 5 do mesmo artigo 28º, a Lista Unitária de Ordenação Final homologada deverá ser afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal da Batalha e disponibilizada na sua página eletrónica, em www. cm-batalha.pt, devendo ainda ser publicado um aviso na 2ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

Da homologação da Lista Unitária de Ordenação Final pode ser interposto recurso hierárquico, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 31º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria nº 12-A/2021 de 11 de janeiro.

Paços do Município da Batalha, 04 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# | DESPACHO N.º 26/2023/G.A.V.

Considerando que:

- A lista unitária de classificação final dos(as) candidatos(as) do procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, de três postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de Assiste Operacional, área de Cantoneiros, já se encontra concluída;
- Terminou o prazo para o exercício do direito de participação de interessados, conforme o disposto no artigo 25° da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, na sua atual redação;

Homologo, no exercício dos poderes conferidos pelo despacho n.ºs 01/2023/G.A.P. emitido, pelo senhor Presidente da Câmara em 07 de fevereiro de 2023 e em articulação com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta do Júri do referido procedimento, a lista de Ordenação Final, infra mencionada, dos candidatos aprovados, bem como as restantes deliberações do Júri, incluindo as relativas à admissão e exclusão dos candidatos, nos termos do nº2 do artigo 25º da referida Portaria;

Lista Definitiva de Ordenação Final – Assistente Operacional (Cantoneiros)

•		
Ordena- ção	Candidatos	Classificação Final
1°	José António Ribeiro Ferreira	15,00 Valores
2°	António Luciano da S. Barbosa	14,00 Valores
3°	Raul David da Silva	14,00 Valores

Nos termos do nº 3 do artigo 25º da aludida Portaria, na sua atual redação, os candidatos, incluindo os

que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, deverão ser notificados do presente despacho de homologação da Lista Unitária de Ordenação Final.

Em cumprimento do nº 4 do mesmo artigo 25º, a Lista Unitária de Ordenação Final homologada deverá ser afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal da Batalha e disponibilizada na sua página eletrónica, em www. cm-batalha.pt, devendo ainda ser publicado um aviso na 2ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

Da homologação da Lista Unitária de Ordenação Final pode ser interposto recurso hierárquico, nos termos do disposto do artigo 28° da Portaria n° 233/2022, de 9 de setembro.

Paços do Município da Batalha, 09 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# DESPACHON.º27/2023/G.A.V.

Considerando que:

- A lista unitária de classificação final dos(as) candidatos(as) do procedimento com vista à mobilidade interna interorganismos para um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior
- Área de Arquitetura, já se encontra concluída;
- Foi notificada a candidata, por correio eletrónico da Ata nº 3 de classificação final, conforme proposto pelo Júri do Procedimento;
- Foi publicitada a lista de classificação final por afixação da Ata nº 3 do Júri, em local visível e publico do Edifício dos Paços do Concelho da Batalha e por disponibilização na página eletrónica do Município da Batalha;

Homologo, no exercício dos poderes conferidos pelo despacho n.ºs 01/2023/G.A.P. emitido, pelo senhor Presidente da Câmara em 07 de fevereiro de 2023 e em articulação com o disposto na alínea a), n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta do Júri do referido procedimento, a lista de Ordenação Final, inframencionada, da única candidata aprovada, bem como as restantes deliberações do Júri.

Lista Definitiva de Ordenação Final – Técnico Superior – Área de Arquitetura

Ordena- ção	Candidatos	Classificação Final
1°	Lisete Maria de Sousa Nunes Abreu	17,78 Valores

Nos termos da alínea f) do artigo 124º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, foi dispensada a audiência prévia dos interessados, considerando que os elementos constantes do procedimento conduziram a uma decisão inteiramente favorável à única candidata do procedimento;

- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 92° e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n° 35/2014, de 20 de junho, autorizo a mobilidade interna na categoria, para este Serviço, da candidata Lisete Maria de Sousa Nunes Abreu, devendo-se para este efeito encetar o pedido de anuência do Serviço de origem da candidata, nos termos do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 94° da referida Lei.

Paços do Município da Batalha, 10 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# DESPACHO N.º 28/2023/G.A.V.

CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PUBLI-CAS POR TEMPO INDETERMINADO DE ANTÓNIO LUCIANO DA SILVA BARBOSA, JOSÉ ANTÓNIO RI-BEIRO VIEIRA FERREIRA E RAUL DAVID DA SILVA, NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPE-RACIONAL – CANTONEIROS E DEFINIÇÃO DOS PA-RÂMETROS DE AVALIAÇÃO DO CORRESPONDEN-TE PERÍODO EXPERIMENTAL

Considerando que:

- Após o termo do procedimento concursal, deu-se início, nos termos do art.º 38º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, à negociação do posicionamento remuneratório dos trabalhadores a recrutar;
- -No âmbito desta negociação, ficou acordado entre esta entidade empregadora e os candidatos, a seguinte remuneração correspondente à categoria de Assistente Operacional da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na sua atual redação:
- António Luciano da Silva Barbosa, 1.ª posição e nível 5, no valor de 769,20€;
- José António Ribeiro Vieira Ferreira, 1.ª posição e nível 5, no valor de 769,20€;
- Raul David da Silva, 1.ª posição e nível 5, no valor de 769,20€.
- O contrato a celebrar compreende, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 49º da LTFP, a realização de um período experimental de 90 dias, que se destina, nos termos do artigo 45º da LTFP, a comprovar se os trabalhadores possuem as competências exigidas pelos postos de trabalho que vão ocupar;
- A perenidade do referido contrato depende da conclusão com sucesso do período experimental, isto é, nos termos do artigo 46°, da LTFP, a atribuição pelo júri especialmente constituído para o efeito, de uma avaliação final não inferior a 12 Valores;
   Do ponto de vista da transparência da referida avaliação, é necessário definir, em momento anterior à execução dos contratos, as aptidões e competências essenciais que os trabalhadores devem revelar;

Determino que se celebrem com António Luciano da Silva Barbosa, José António Ribeiro Vieira Ferreira, Raul David da Silva, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início em 1 de junho de 2023, para exercerem as funções de Assistentes Operacionais, na área de Cantoneiros, sendo estes posicionados na 1ª posição remuneratória, como o acima exposto e sujeitos a um período experimental de 90 dias.

# Mais determino que:

O júri que acompanhará a trabalhadora durante o período experimental tenha a seguinte composição:

Presidente: Nuno Jorge dos Santos Ferreira (Chefe de Divisão da DAME)

Vogais: Benedita Catarina Nunes Soares Duarte (Chefe de Divisão da DAG) e Rui Miguel Henriques Lopes (Técnico Superior)

A avaliação final integre os seguintes elementos (todos pontuados de 0 a 20 valores):

- a) Qualidade do trabalho
- b) Quantidade de trabalho
- c) Conhecimentos profissionais
- d) Adaptação profissional
- e) Aperfeiçoamento profissional
- f) Iniciativa
- g) Criatividade
- h) Responsabilidade
- i) Relações humanas no trabalho
- j) Espírito de equipa

A avaliação final decorre da seguinte fórmula: (a+b+c+d+e+f+g+h+i+j) / 10

Paços do Município da Batalha, 25 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# | DESPACHO N.º 18/2023/G.A.P.

Tendo em atenção a necessidade de desmaterializar os serviços, que possam permitir mais acessibilidade aos munícipes:

Tendo em conta que o processo de "requerimentos", já devia estar operacional e face às permanentes desculpas para justificar essa situação, há que tomar decisões para se atingir rapidamente esse objetivo; Assim, no âmbito das minhas competências determino:

Que os Chefes de Divisão em funções, os funcionários do Serviço de Informática e os demais responsáveis pelos vários serviços devem assumir as diligências necessárias, de modo a que seja disponibilizada a respetiva plataforma de acesso aos diferentes modelos de requerimento, no site institucional da autarquia impreterivelmente a partir do próximo dia 15 do corrente mês.

Paços do Município da Batalha, 02 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

a) Raul Miguel de Castro

# DESPACHO N.º 19/2023/G.A.P.

DESIGNAÇÃO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE PLANEAMENTO (EMP) PARA DESENVOLVIMEN-TO DE PROJETOS EM CURSO NO MUNICÍPIO DA BATALHA

Considerando que,

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, veio estabelecer um novo enquadramento jurídico na organização dos serviços das autarquias locais, garantindo uma maior operacionalidade dos serviços autárquicos;

Atento o seu artigo 3.º, "a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo";

O Município tem como uma das suas prioridades estratégicas promover a modernização da administração municipal como elemento fundamental para uma governação autárquica qualificada, transparente e visando uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos;

O desenvolvimento acentuado dos serviços municipais faz com que estes atinjam uma maior complexidade e dimensão, originando um aumento da descentralização das decisões, tornando-se necessário reforçar os sistemas de recolha e tratamento da informação de gestão, a fim de garantir-se uma resposta atempada aos desvios e uma adequação permanente das competências e dos recursos aos desafios;

A constituição de uma Equipa Multidisciplinar de Planeamento (EMP) para desenvolvimento de projetos em curso no Município da Batalha terá um papel fundamental na gestão pública, na medida em que o acompanhamento técnico especializado de alguns procedimentos em curso no Município da Batalha contribuirá para a agilização dos respetivos mecanismos de decisão;

No Município da Batalha, tendo em conta os citados princípios de atuação, o estatuído no citado Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, e conforme publicação na 2.ª série do Diário da República, n.º 13, de 18 de janeiro de 2023, que procedeu à publicação do Regulamento Interno dos Serviços e Organigrama, o modelo de estrutu-

ra orgânica aprovado, obedece ao modelo de estrutura misto, combinando o modelo de estrutura hierarquizada, constituído por unidades orgânicas nucleares e flexíveis, com o modelo de estrutura matricial aplicado no desenvolvimento de projetos transversais, através da criação de equipas multidisciplinares:

Por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal da Batalha realizada em 8 de maio de 2023, em conformidade com o diploma legal anteriormente citado, foi constituída a Equipa Multidisciplinar de Planeamento (EMP), sendo a estrutura composta pelos seguintes trabalhadores:

Chefe de Equipa:

Maria Fernanda Rodrigues Guapo - Chefe da Divisão de Obras Municipais

Membros da Equipa:

Patrícia Alexandra Vieira Nascimento - Técnica Superior

João Pedro Santos Massano de Matos - Técnico Superior

Nestes termos, o início de funções da Equipa Multidisciplinar de Planeamento (EMP), conforme o presente despacho, produz efeitos a 1 de junho de 2023. Publicite-se nos termos da lei.

Paços do Município da Batalha, 30 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal, a) Raul Miguel de Castro

# EDITAL N.º 16/2023/G.A.P.

PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

RAUL MIGUEL DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

Torna público para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor das deliberações tomadas por esta Câmara Municipal na sua reunião de 24 de abril de 2023.

Paços do Município da Batalha, 03 de maio de 2023

O Presidente da Câmara Municipal, a) Raul Miguel de Castro

Período da ordem do dia

Assuntos	ração tomada	Resultado da votação
Processos de Obras Particulares Despachados	Tomou Conhecimento	
Alteração de loteamento com o n°. 02/1997/2, com o Alvará n.° 4/2000 – Decisão Final	Aprovado	Unanimidade
Relação de Processos de Empreitadas/Fornecimentos (despachos proferidos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Tomou Conhecimento	
Reabilitação Edifício "Casa da Obra" para Residência de Estu- dantes- Prorrogação de Prazo	Aprovado	Unanimidade
Cedência de Calçada (Rua de São Martinho nº 21 – Moita do Martinho – São Mamede	Aprovado	Unanimidade
Cedência de Calçada - Estrada de Santa Iria, n.º 656 – Alcaidaria – Reguengo do Fetal - Batalha	Aprovado	Unanimidade
Utilização de instalações da Junta de Freguesia da Batalha para funcionamento da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Batalha)	Aprovado	Unanimidade

Protoloco de Formação em Contexto de Trabalho (Curso Profissional de Técnico de Tu- rismo Ambiental e Rural, Nível 4) a outorgar entre o Município e a Escola Básica e Secundária Henrique Sommer (Maceira)	Aprovado	Unanimidade
E – Redes - Plano de Atividades BT 2023	Aprovado	Unanimidade
Aumento temporário de Fundos Disponíveis – maio/2023	Aprovado	Unanimidade
Procedimento de recrutamento em regime de mobilidade interna na categoria e interorganismos para 1 (um) posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior – área de Recursos Humanos	Aprovado	Unanimidade
Retificação ao Acordo de delegação de competências no Agrupamento de Escolas da Batalha no domínio da educação – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Protocolo n.º 43/2023/GAP e respetivo Anexo)	Aprovado	Unanimidade
Retificação da Deliberação nº 2023/0162/GDSJ – Atribuição de Bolsas de Estudo 2022/2023	Aprovado	Unanimidade

# EDITAL N.º 17/2023/G.A.P.

2.ªALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA — DISCUSSÃO PÚBLICA

Carlos Agostinho Costa Monteiro, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal da Batalha, torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que a Câmara Municipal deliberou, por maioria, em reunião pública de 17 de abril de 2023, submeter a discussão pública a 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha. No seguimento da publicação do aviso n.º 8781 de 3 de maio de 2023 publicado na 2.ª série do Diário da República, o período de discussão pública tem início no dia 10/5/2023 e termina no dia 21/6/2023.

Durante o período de discussão pública, os interessados podem proceder à formulação de sugestões bem como à apresentação de reclamações e observações, no sítio da internet, em http://pdm.cm-batalha.pt/ ou mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, devidamente identificado, diretamente nos serviços da Câmara Municipal da Batalha, ou remetidas por meio de correio registado para a morada — Rua Infante D. Fernando, 2440-118 Batalha, ou por via do correio eletrónico para o endereço pdm@cmbatalha.pt

Os interessados podem consultar todos os documentos relativos à 2.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha na Divisão de Ordenamento Território da Câmara Municipal da Batalha, localizada na Rua Infante D. Fernando, 2440-118 Batalha, todos os dias úteis entre as 09.00h e as 12.00h e as 14.00h e as 17:00h, ou no portal eletrónico do Município da Batalha, em http://pdm.cm-batalha.pt/

Para constar e para os devidos efeitos, publica-se o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos paços do concelho, e divulgados na comunicação social, na plataforma colaborativa de gestão territorial, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal da Batalha.

Paços do Município da Batalha, 03 de maio de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, a) Carlos Agostinho Costa Monteiro

# EDITAL N.º 18/2023/G.A.P.

APROVAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO DA ÁREA DE REA-BILITAÇÃO URBANA DO REGUENGO DO FETAL

Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, torna público nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJUR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, que por deliberação da Câmara Municipal nr. 2023/0170/DOT, de 10 de abril de 2023, e deliberação da Assembleia Municipal, de 27 de abril de 2023, foi aprovada, por maioria, a 2.ª alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Reguengo do Fetal, nos termos previstos no ponto 1 do artigo 13.º e ponto 2 do artigo 20.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais se informa que todos os interessados poderão consultar os elementos que acompanham a 2.ª alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Reguengo do Fetal no edifício sede da Câmara Municipal, sito na Rua Infante D. Fernando, Batalha, nos dias úteis, durante as horas normais de expediente e no portal do Município em www.cm-batalha.pt.

Paços do Município da Batalha, 11 de maio de 2023

- O Presidente da Câmara Municipal,
- a) Raul Miguel de Castro

# EDITAL N.º 19/2023/G.A.P.

PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

RAUL MIGUEL DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

Torna público para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor das deliberações tomadas por esta Câmara Municipal na sua reunião de 08 de maio de 2023.

Paços do Município da Batalha, 15 de maio de 2023

- O Presidente da Câmara Municipal,
- a) Raul Miguel de Castro

#### Período da ordem do dia

Assuntos	Delibe- ração tomada	Resultado da votação
Cedência de Calçada (Rua Pia da Rosa nº 3 – Perulheira – São Mamede	Aprovado	Unanimidade
Cedência de Calçada (Rua da Cavadinha nº 2 – Milheirices – São Mamede	Aprovado	Unanimidade
Cedência de Calçada (Rua Principal nº 66A – Brancas – Batalha	Aprovado	Unanimidade
Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza, Recolha e Transporte a destino final de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho da Batalha – Atualiza- ção de Preços para 2023	Tomou Conhecimento	
6° Festival "Artes à Vila	Aprovado	Unanimidade
20ª edição da Feira do Livro da Batalha	Aprovado	Unanimidade
Anulação da taxa de conservação de esgotos – restituição de valores pagos indevidamente	Aprovado	Unanimidade
Alteração Orçamental: Modifi- cação ao Orçamento n.º 12	Tomou Conhecimento	

Alteração Orçamental: Modi- ficação ao Orçamento n.º 13, Modificação ao PPI e AMR n.º 12	Tomou Conhecimento	
Delimitação das Áreas Territoriais dos Concursos para a Atribuição de Concessões de Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão ao abrigo da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio	Aprovado	Unanimidade
Protoloco de Formação em Contexto de Trabalho – Estágio Curricular (Curso Licenciatura em administração Pública, Nível 6) a outorgar entre o Município e o IPL (Escola Superior de Tecnologia e Gestão)	Aprovado	Unanimidade
Protoloco de Formação em Contexto de Trabalho (Curso Pro- fissional de Técnico de Receção, Nível 4) a outorgar entre o Muni- cípio e o Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira (Leiria)	Aprovado	Unanimidade
Participação de alunos do AEB na Universidade de Verão (Coimbra)	Aprovado	Unanimidade
Constituição de Equipa Multidisci- plinar de Planeamento (EMP) para desenvolvimento de projetos em curso no Município da Batalha	Aprovado	Unanimidade
Confeção e Fornecimento de Refeições Escolares para o Ano Letivo de 2023/2024	Aprovado	Unanimidade
Serviços de abastecimento público de água do Concelho da Batalha- Data de cessação do contrato de concessão	Aprovado	Maioria
Discussão Pública – 2ª Alteração da Revisão do PDM	Tomou Conhecimento	
"Ciclovia Urbana, Bikeshering e Interface Multimodal (PAMUS) - Execução de Interface Multi- modal" -Projeto da Decisão de não Adjudicação – Revogação da Decisão de Contratar	Aprovado	Unanimidade
"Execução de Interface Multimo- dal - Ciclovia Urbana, Bikesharing e Interface multimodal (PAMUS)"	Aprovado	Unanimidade

# EDITAL N.º 20/2023/G.A.P.

PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

RAUL MIGUEL DE CASTRO, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

Torna público para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor das deliberações tomadas por esta Câmara Municipal na sua reunião de 22 de maio de 2023.

Paços do Município da Batalha, 23 de maio de 2023

- O Presidente da Câmara Municipal, a) Raul Miguel de Castro
- Período da ordem do dia

Assuntos	Delibe- ração tomada	Resultado da votação
Processos de Obras Particula- res Despachados	Tomou Conhecimento	
Alteração de loteamento (sem obras de urbanização)	Aprovado	Unanimidade
Relação de Processos de Empreitadas/Fornecimentos (despachos proferidos ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Tomou Conhecimento	
Construção de Creche Municipal -Revisão de preços definitiva	Aprovado	Unanimidade
Reabilitação Edifício "Casa da Obra" para Residência de Estudantes -Revisão de preços provisória número 2	Aprovado	Unanimidade

Reabilitação Edifício "Casa da Obra" para Residência de Estu- dantes – Adaptações no âmbito do PNAES	Aprovado	Unanimidade
Empreitada de Recuperação das coberturas da sala do capí- tulo – Abertura de procedimen- to - Abertura de procedimento de concurso	Aprovado	Unanimidade
Conservação de Infraestruturas e equipamentos desportivos – Campo de futebol sintético da Batalha - Abertura de procedi- mento de concurso	Aprovado	Unanimidade
Atribuição de Auxílios Económicos – Ação Social Escolar 2022- 2023	Aprovado	Unanimidade
Programa Crescer Mais – Subvenção à Natalidade	Aprovado	Unanimidade
Atribuição de Bolsas de Estudo 2022/2023 – 2.º Relatório	Aprovado	Unanimidade
Programa CRESCER MAIS – Apoio à mensalidade da Creche – atribuição de apoios 2022/2023	Aprovado	Unanimidade
Programa Municipal para Atribuição de Comparticipação de Medicamentos – renovação para o ano de 2023	Aprovado	Unanimidade
Alteração Orçamental: Modificação ao Orçamento n.º 14, Modificação ao PPI e AMR n.º 13	Tomoi	u Conhecimento
Alteração Orçamental: Modificação ao Orçamento n.º 15, Modificação ao PPI e AMR n.º 14	Tomoi	u Conhecimento
Reporte de contas 2022 – Enti- dade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR)	Tomoi	u Conhecimento
Exploração do Hostel Pia do Urso – situação das Rendas	Aprovado	Unanimidade
Proposta PEI – Plano Estra- tégico de Intervenção - para o ano de 2023 na Batalha;	Aprovado	Unanimidade
Biorresíduos – Quantidades e Localização de equipamentos de recolha	Aprovado	Unanimidade
Regras a observar na organiza- ção e funcionamento das Ativi- dades de Animação de Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) da rede concelhia da Batalha	Aprovado	Unanimidade
Piscina Municipal Reguengo do Fetal – Época Balnear 2023	Aprovado	Unanimidade
Protocolo de Colaboração Dinamização Piscina Municipal Reguengo do Fetal a outorgar com o Centro Recreativo e Desportivo da Torre	Aprovado	Unanimidade
Projeto "CENTRO CYCLIN'BATALHA 2023"	Aprovado	Unanimidade
Regras de procedimento para a concessão de áreas para a instalação de equipamentos de diversão e venda ambulante na FIABA – Feira de Artesanato e Gastronomia da Batalha	Aprovado	Unanimidade
Revogação da Deliberação n.º 2017/0067/G.A.P., de 30/01/2017, que procedeu à criação do Gabinete de Apoio ao Licenciamento (GAL)	Aprovado	Maioria
Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Batalha e o Racho Folclórico Rosas do Lena, no âmbito do acolhimento dos refugiados ucranianos no período de março a setembro de 2022	Aprovado	Unanimidade
Designação de representante do Município da Batalha para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens – Substituição	Aprovado	Unanimidade
Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo Corrupção e infrações conexas – Relatório Anual de Execução do ano 2022	Aprovado	Unanimidade
Sentença Professores de Natação — Processo 1882/22.0T8LRA. — Indeminizações	Aprovado	Unanimidade



